



VII Encontro de Iniciação Científica e
Tecnológica
VII ENICT
ISSN: 2526-6772
IFSP – Câmpus Araraquara
20 e 21 de outubro de 2022



ANÁLISE DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFSP - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

BÁRBARA LETICIA SANTOS, KARLA PAULINO TONUS

Discente e orientanda, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus Boituva, barbara.l@aluno.ifsp.edu.br
Docente e orientadora, karla.tonus@ifsp.edu.br

Área de conhecimento: 7.08.01.06-1 Psicologia Educacional

RESUMO: Com a adoção da patologização e medicalização de alunos que não correspondem às expectativas, assistimos ao retorno de teorias organicistas, que atribuem as dificuldades de aprendizagem ao aspecto orgânico, vindo a culpabilizar o aluno que não aprende ou que se comporta diferente do esperado. Esse modo de entender a condição do aluno sugere que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem. Assim, o objetivo desta pesquisa de Iniciação Científica é analisar as Licenciaturas do IFSP, a partir dos elementos colocados nos planos de ensino de componentes curriculares disponíveis no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), referentes à abordagem do comportamento hiperativo como dificuldade de aprendizagem, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual se utilizou os buscadores TDAH, medicalização, dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar. Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: dificuldades de aprendizagem; fracasso escolar; licenciaturas; medicalização; TDAH.

INTRODUÇÃO

O termo medicalização tem sido utilizado por profissionais da Educação, Psicologia e de demais campos da área da Saúde, ao alertar a sociedade para a crescente utilização de fármacos e de explicações biologizantes para o enfrentamento de problemas de comportamento e aprendizagem, aproximando um problema educacional algo passível de estudo pelas ciências médicas.

A articulação entre saúde e educação no contexto social do início do século XX, no Brasil, produziu o que foi denominado de higienismo, que carregou a missão de higienizar o meio e as teorias sociais e humanas. Nesse sentido, a higiene escolar aponta para a saúde dos indivíduos e para as condições dos prédios escolares. O movimento da escola nova, atuante nesse período, corrobora a ideia de que a escola deveria cuidar da saúde física e mental dos alunos, o professor teria como função identificar os desvios e a norma médica passa a determinar as explicações a respeito das possibilidades e condições de aprendizagem.

Com o intuito de analisar a abordagem com que o tema dificuldades de aprendizagem é trabalhado nos cursos de licenciatura, este trabalho vem tratar o tema da medicalização do ensino e apresentar resultados parciais encontrados nos documentos intitulados Projeto Político de Cursos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A patologização é decorrente do processo de redução das explicações para problemas de cunho social e educacional às determinações biológicas, orgânicas e individuais (MEIRA, 2019, p. 229-230). A psicologia, como uma das ciências que oferecem fundamentação científica à educação, desenvolveu estudos e métodos que buscavam estabelecer padrões de normalidade e quantificar as diferenças individuais. Os laboratórios de psicologia, ícones de cientificidade, bastante presentes no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, produziam, a partir de dados fisiológicos e morfológicos, conhecimento a respeito das funções psicológicas implicadas no processo de aprendizagem (ANTUNES, 2003, CENTOFANTI, 2006) e, assim, determinavam quem teria e quem não teria sucesso na escola. Historicamente, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar lançam mão de argumentos que variam de incapacidades genéticas a ausências de condições sociais e culturais das famílias. A Psicologia Diferencial e a Teoria da Carência Cultural são grandes exemplos de modelos explicativos que, de modos específicos, centralizam no aluno a responsabilidade pelo seu fracasso na escola. (PATTO, 2000, p. 27-75). Com a adoção da patologização e da medicalização de alunos que não correspondem às expectativas de professores, gestores escolares e famílias, assistimos ao retorno de teorias organicistas que explicam uma condição ao atribuí-la ao aspecto orgânico, do indivíduo, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende ou que se comporta diferentemente do esperado.

Esse modo de entender a condição do aluno traz a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem. De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares a superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; o mesmo se dá com os conceitos que se transformam de espontâneos em científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência. O conceito de zona de desenvolvimento próximo, formulado por Vigotski (idem) propõe que a aprendizagem precede o desenvolvimento das funções psicológicas, provocando um salto qualitativo em tais funções, que podem passar de elementares à superiores por conta do contato social intencionalmente planejado.

Assim, pensando num suposto transtorno de déficit de atenção, não faz sentido considerar que uma criança tenha déficit de uma função que ainda está por se desenvolver e que é na escola, a partir de propostas desafiadoras que esta função, bem como as demais, passarão de elementares a superiores, ou seja, a aprendizagem conduz o desenvolvimento. (VIGOTSKII, 2001; VIGOTSKI 2003; MELLO, 2004). Martins (2013, p. 275) nos adverte a respeito da valorização e transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados como uma premissa para o desenvolvimento das funções tipicamente humanas:

... a construção do conhecimento objetivo carrega consigo (outras) exigências, dentre as quais se destaca o próprio desenvolvimento do pensamento, como explicitado por Vigotski, Leontiev e outros. O desenvolvimento do pensamento se revela uma conquista advinda de condições que o promovam e o requeiram – e, como tal, depende em alto grau das dimensões qualitativas de formação escolar.

Ao nos apropriarmos desses elementos teóricos na tentativa de compreender a complexidade que envolve os comportamentos tidos como inadequados ao aprendizado, procuramos enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, passamos a questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar de alunos cujos comportamentos não se adequam ao ideal. Em relação ao TDAH, Signor e Santana (2016) nos alertam para a imprecisão do conceito e sua variação ao longo do tempo, passando de “Lesão Cerebral Mínima” a “Disfunção Cerebral Mínima”, para chegar ao conceito de Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade” no DSM-III, cuja etiologia é incerta. As autoras (idem, p. 36) apontam que o DSM-IV apresentou novos critérios para o diagnóstico, tais como o tipo predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo ou tipo combinado. No DSM-V, lançado em 2013, o que muda para o diagnóstico em crianças é a faixa etária, de 7 para 12 anos, o que pode dar a entender que os sintomas surgem na escola. As perguntas que

compõem o SNAP-IV, questionário para identificação do TDAH, desenvolvido a partir de critérios do DSM-IV, segundo Meira (2019, p. 22), "representam um verdadeiro atentado contra a ciência".

Assim, para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, precisamos compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar. No entanto, as concepções dos professores, decorrentes da formação e das vivências profissionais, mediam as relações com os alunos e, usualmente, tendem a reforçar a concepção hegemônica em torno dos problemas escolares; assim, o comportamento hiperativo, indisciplinado, o fracasso na leitura e escrita são compreendidos como patológicos e, seguindo esta lógica, precisam ser medicalizados. Sabemos que professores não encaminham seus alunos ao médico quando supõem ou identificam que tenham alguma dificuldade de aprendizagem, porém, quando se mantém a expectativa de que o aluno medicalizado é um aluno melhor, se reforça a concepção de que este aluno tem um problema que é orgânico, e que justifica suas dificuldades na escola; o foco é o indivíduo. Sem que se reflita sobre as questões educacionais, acaba-se por manter esta prática biologizante, que é um dos reflexos das explicações biológicas para fenômenos socialmente produzidos. (COLLARES & MOYSÉS, 1996).

Esta forma de compreensão, que caracteriza uma concepção hegemônica, de acordo com Signor e Santana (2016), precisa ser superada em direção à compreensão da multideterminação dos fenômenos. É fundamental problematizarmos os comportamentos dos alunos como manifestações de um contexto social e educacional que não produz aprendizagens; neste sentido, o comportamento do aluno, é visto como expressão de uma subjetividade em construção, mediada também pelos eventos e aprendizagens escolares. É preciso, ainda, problematizar o uso dos remédios como recursos inofensivos na abordagem do comportamento hiperativo de alunos em desenvolvimento. Portanto, entendemos que, ao ampliar suas concepções sobre o tema, os professores poderão interagir com seus alunos que apresentam queixas escolares, comportamento hiperativo, indisciplina, etc. a partir de outra perspectiva e oferecer um atendimento pedagógico a tais questões. Considerando a afirmação de Meira (2019, p. 238), para quem os professores "são os verdadeiros protagonistas na luta contra a medicalização", interessa-nos, portanto, constatar se nos cursos de Licenciatura do IFSP essas discussões têm sido propostas.

METODOLOGIA

Após pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, tendo em vista a importância da apropriação ao se abordar o tema, direcionando-o à educação escolar, teve início a identificação dos cursos do IFSP. Através do portal ifsp.edu.br, procede-se à busca, em cada Campus, dos cursos de Licenciatura. Assim, verificou-se quais Campus ofertam licenciatura, e quais são essas licenciaturas, permitindo a identificação dos componentes curriculares a partir dos buscadores *medicalização*, *dificuldades de aprendizagem*, *fracasso escolar* e *TDAH*. A partir desses buscadores, foram identificados os componentes curriculares nos PPC de cada licenciatura, que os trazem como tema, bem como em que elemento do plano de ensino eles aparecem nesse componente curricular, ou se aparecem em alguma outra seção do PPC.

A pesquisa com os buscadores será organizada em tabelas e tem como objetivo permitir a identificação da perspectiva sob a qual o comportamento hiperativo tem sido abordado nos cursos e/ou se tem sido abordado, além de permitir identificar a relação entre fracasso escolar, comportamento hiperativo e medicalização presente nesses cursos, promovendo a reflexão sobre o fracasso escolar e o comportamento hiperativo a partir de uma perspectiva não individualizante e não medicalizante e a respeito da formação de professores nos cursos de Licenciatura do IFSP, no que se refere ao tema.

CONCLUSÕES

Assim, o estudo com enfoque na medicalização da educação tem continuidade - considerando que este é proveniente de outro projeto que abordava a medicalização à partir da visão de professores da rede municipal da cidade de Boituva - e, ao abordar o tema relacionado ao PPC dos cursos de licenciatura do IFSP, permite estudar o tema pela base, que é a formação de professores, utilizando os dados coletados para compreender melhor as abordagens da temática dentro dos cursos e, conseqüentemente, como a formação dos professores influencia e contribui - de maneira positiva ou negativa - para o processo de patologização e medicalização do comportamento hiperativo dentro das escolas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: Um Olhar Histórico-Crítico. In: MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. Psicologia escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- CENTOFANTI, R. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. In: Revista Psicologia da Educação. n° 22. São Paulo, 2006. p. 31-52
- COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- COLLARES, C. L.& MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar - ensino e medicalização. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- COLLARES, C. L.& MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação). Série Ideias (23), São Paulo: FDE, 1994.
- FACCI, M. G. D. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista da educação. In: DUARTE, N. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FIGUEIREDO, F. P. O outro lado da medicalização. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento. RJ: Nau Editora, 2019.
- HORA, D. M. O olho clínico do professor: um estudo sobre os conteúdos e práticas medicalizantes no currículo escolar. RJ: Contra capa, 2011.
- MARTINS, L.M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.
- MEIRA, M. E. M. Medicalização na e da educação: processos de produção e ações de enfrentamento. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento. RJ: Nau Editora, 2019.
- MELLO, S. A. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, K. (org.) Introdução à psicologia da educação - seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
- PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- SIGNOR, R; SANTANA, A.P. TDAH e medicalização: implicações neurolinguísticas e educacionais do transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade. São Paulo: Plexus, 2016.
- VIGOTSKI, L. S. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VIGOTSKII, L. S., LURIA, A.R., LEONTIEV. A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo, Ícone, 2001.